

Sustentação oral no processo contra *Madame Bovary* (fragmento)*

Por Ernest Pinard (advogado de acusação)

[...] É preciso resumir. Analisei o livro, contei sem esquecer uma página, em seguida incriminarei, era a segunda parte de minha tarefa: precisei alguns retratos, mostrei a Sra. Bovary em repouso, diante de seu marido, diante daqueles que ela não devia tentar e fiz-vos tocar as cores lascivas desse retrato! Em seguida, analisei algumas grandes cenas: a queda com Rodolphe, a transição religiosa, os amores com Léon, a cena da morte e em todas encontrei o duplo delito de ofensa à moral pública e à religião.

Preciso apenas de duas cenas: ultraje à moral, não o estareis vendo na queda com Rodolphe? Não estareis vendo na glorificação do adultério? Não o estareis vendo sobretudo no que acontece com Léon? E, além disso, à moral religiosa, vejo-o no episódio da confissão, página trinta do primeiro fascículo, número de 1º de outubro; na transição religiosa, página 548 e 550 de 15 de novembro e enfim na última cena da morte.

Tende diante de vós, senhores, três réus: o Sr. Flaubert, autor do livro; o Sr. Pichat que o acolheu e o Sr. Pillet que o imprimiu. Nesta matéria, não há delito sem publicidade e todos os que concorreram para a publicidade devem ser igualmente atingidos. Porém, apressamo-nos em dizê-lo, o gerente da *Revue de Paris* e o impressor estão na segunda linha. O principal acusado é o autor, o Sr. Flaubert, o Sr. Flaubert que, advertido pela nota da redação, protesta contra a supressão que foi realizada em sua obra. Depois dele vem, em segundo lugar, o Sr. Laurent Pichat, ao qual pedireis satisfações não dessa supressão que fez mas daquelas que deveria ter feito e enfim vem em último lugar o impressor, que é uma sentinela avançada contra o escândalo. O Sr. Pillet, aliás, é um homem honrado contra o qual nada tenho a dizer. Pedimo-vos apenas uma coisa, que lhe apliqueis a lei. Os impressores devem ler; quando não leram ou não mandaram ler, imprimem sujeitos a todos os riscos. Os impressores não são máquinas; têm um

privilégio, prestam juramento, encontram-se numa situação especial, são responsáveis. Mais uma vez, são, se me permitis a expressão, sentinelas avançadas; se deixam passar o delito é como se deixassem passar o inimigo. Atenuai a pena quanto quiserdes para Pillet, sede mesmo indulgentes para com o gerente da *Revue*; quanto a Flaubert, o principal culpado, é para ele que deveis reservar vossa severidade.

Após ter cumprido minha tarefa, é preciso esperar as objeções ou adiantar-me a elas. Dir-nos-ão, como objeção geral: mas, finalmente no fundo o romance é moral, visto que o adultério é punido.

Para esta objeção, duas respostas: como hipótese, considero a obra moral, uma conclusão moral não poderia anistiar os detalhes lascivos que nela podemos encontrar. E digo então: a obra, no fundo, não é moral.

Digo, senhores, que os detalhes lascivos não podem ser acobertados por uma conclusão moral, caso contrário poder-se-iam contar todas as orgias imagináveis, descrever todas as torpezas de uma mulher pública, fazendo-a morrer sobre uma miserável cama de hospital. Seria permitido estudar e mostrar todas as poses lascivas! Seria ir contra todas as regras do bom senso. Seria colocar o veneno ao alcance de todos e o remédio ao alcance de poucos, caso houvesse um remédio. Quem lê o romance do Sr. Flaubert? Serão homens que se ocupam de economia política ou social? Não! As páginas levianas de *Madame Bovary* caem em mãos mais levianas, nas mãos de moças, algumas vezes de mulheres casadas. Pois bem! Quando a imaginação tiver sido seduzida, quando essa sedução tiver descido até o coração, quando o coração tiver falado aos sentidos, pensais que um raciocínio frio terá suficiente força contra essa sedução dos sentidos e do sentimento? E além disso, o homem não deve exaltar essa sedução demais sua força e sua virtude, o homem tem instintos baixos e ideias elevadas e em todos a virtude é apenas a consequência de um esforço, muito frequentemente penoso. Em geral as pinturas lascivas têm maior influência do que os frios raciocínios. Eis o que respondo a essa teoria, eis minha primeira resposta, tenho porém uma segunda.

Afirmo que o romance *Madame Bovary*, do ponto de vista filosófico, não é moral. Sem dúvida a Sra. Bovary morre envenenada; ela sofreu muito, é verdade; mas morre na hora e no dia exatos, não porque é adúltera, mas porque o quis; morre com todo o prestígio de sua juventude e de sua beleza; morre após ter tido dois amantes, deixando um marido que a ama, que a adora, que encontrará o retrato de Rodlphe, suas cartas e as cartas de Léon, que lerá as cartas de uma mulher duas vezes adúltera e que, depois disso, ama-la-á ainda mais e além do túmulo. Quem pode condenar essa mulher no livro? Ninguém. Esta é a conclusão. Não há no livro nenhum personagem que possa condená-la. Se encontrardes nele um personagem sensato, se encontrardes um único princípio em virtude do qual o adultério seja estigmatizado, eu estarei errado. No entanto, se em todo o livro não houver nenhum personagem que possa fazer-lhe abaixar a cabeça, se não houver uma única ideia, uma linha em virtude da qual o adultério seja aviltado, sou eu que tenho a razão, o livro é imoral!

Seria em nome da honra conjugal que o livro seria condenado? Mas a honra conjugal apresentada por um marido piedoso que após a morte de sua mulher, ao encontrar Rodolphe, procura no rosto do amante os traços da mulher que ama (fasc. de 15 de dezembro, p.289). Pergunto-vos, será em nome da honra conjugal que podeis estigmatizar essa mulher quando não há no livro uma só palavra em que o marido não se incline diante do adultério?

Será em nome da opinião pública? Mas a opinião pública está personificada num ser grosseiro, no farmacêutico Homais, rodeado de personagens ridículos que essa mulher domina.

Condená-la-eis em nome do sentimento religioso? Mas este sentimento, vós o tendes personificado no pároco Bournisien, padre mais ou menos tão grotesco quanto o farmacêutico, que somente crê nos sofrimentos físicos, nunca nos sofrimentos morais, mais ou menos materialista.

Condená-lo-eis em nome da consciência do autor? Não sei o que pensa a consciência do autor; mas em seu capítulo X, o único capítulo filosófico da obra, fasc. de 15 de dezembro, leio a seguinte frase: “Há sempre, após a morte de alguém, uma como estupefação que se exala, de tal forma e difícil compreender a chegada do nada e resignar-se a acreditar nele”.

Não é um grito de incredulidade, mas é pelo menos um grito de ceticismo. É sem dúvida difícil compreendê-lo e nele acreditar; mas finalmente por que essa estupefação que se manifesta diante da morte? Por quê? Porque essa chegada é algo que é um mistério, porque é difícil compreendê-lo e julgá-lo, mas a ele é preciso resignar-se. E eu digo que se a morte é a chegada do nada, se o marido piedoso sente crescer seu amor ao saber dos adultérios da mulher, se a opinião é representada por seres grotescos, se o sentimento religioso é representado por um padre ridículo, uma única pessoa tem razão, reina e domina: é Emma Bovary. Messalina tem razão contra Juvenal.

Eis a conclusão filosófica do livro, extraída não pelo autor mas por um homem que reflete e aprofunda as coisas, por um homem que procurou no livro um personagem que pudesse dominar essa mulher. Ele não existe. O único personagem que nele domina é a Sra. Bovary. É preciso procurar então em outro lugar e não no livro, é preciso procurar nesta moral cristã que é a base das civilizações modernas. Por esta moral, tudo se explica e se esclarece.

Em seu nome o adultério é estigmatizado, condenado, não porque é uma imprudência que se expõe a desilusões e a remorsos, mas porque é um crime para a família. Estigmatizais e condenais o suicídio não porque é uma loucura, o louco não é responsável; não porque é uma covardia, ele exige às vezes uma certa coragem física;

mas porque é o desprezo do dever na vida que acaba e o grito da incredulidade na vida que começa.

Esta moral estigmatiza a literatura realista não porque pinta paixões: o ódio, a vingança, o amor; o mundo somente vive disso e a arte deve pintá-las; mas, quando as pinta sem freios, sem medidas. A arte sem regras não é mais arte; é como uma mulher que tirasse todas as roupas. Impor à arte, como única regra, a decência pública, não é escravizá-la, mas honrá-la. Somente se cresce com regras. Eis, senhores, os princípios que professamos, eis uma doutrina que defendemos com consciência.

* “O processo”. In. GUSTAVE, Flaubert. *Madame Bovary*. Tradução de Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: Nova Alexandria, 2001, p.382-384.